

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE
DO TURISMO NACIONAL
DESTINOS INDUTORES
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

RECIFE

2013



APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE	4
2. RESULTADOS	6
2.1. Índice geral	6
2.2. Infraestrutura geral	9
2.3. Acesso	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos	12
2.5. Atrativos turísticos	14
2.6. Marketing e promoção do destino	16
2.7. Políticas públicas.....	18
2.8. Cooperação regional.....	20
2.9. Monitoramento	21
2.10. Economia local	23
2.11. Capacidade empresarial.....	24
2.12. Aspectos sociais	26
2.13. Aspectos ambientais.....	27
2.14. Aspectos culturais.....	29
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE	31

1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o Ministério do Turismo (MTur), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100¹:

Nível 1: intervalo entre 0 e 20;

Nível 2: intervalo entre 21 e 40;

Nível 3: intervalo entre 41 e 60;

Nível 4: intervalo entre 61 e 80;

¹ Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

Nível 5: destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

2. RESULTADOS

A pesquisa em Recife foi realizada entre os dias 19 e 23 de agosto de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

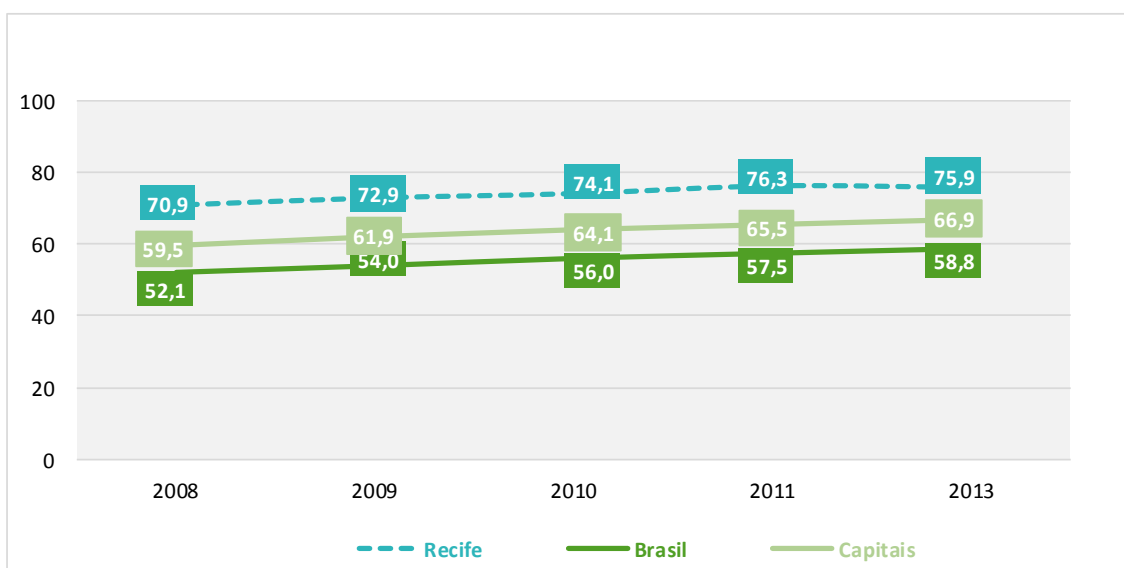
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 75,9 (nível 4). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou estável em relação ao índice obtido em 2011 (76,3):

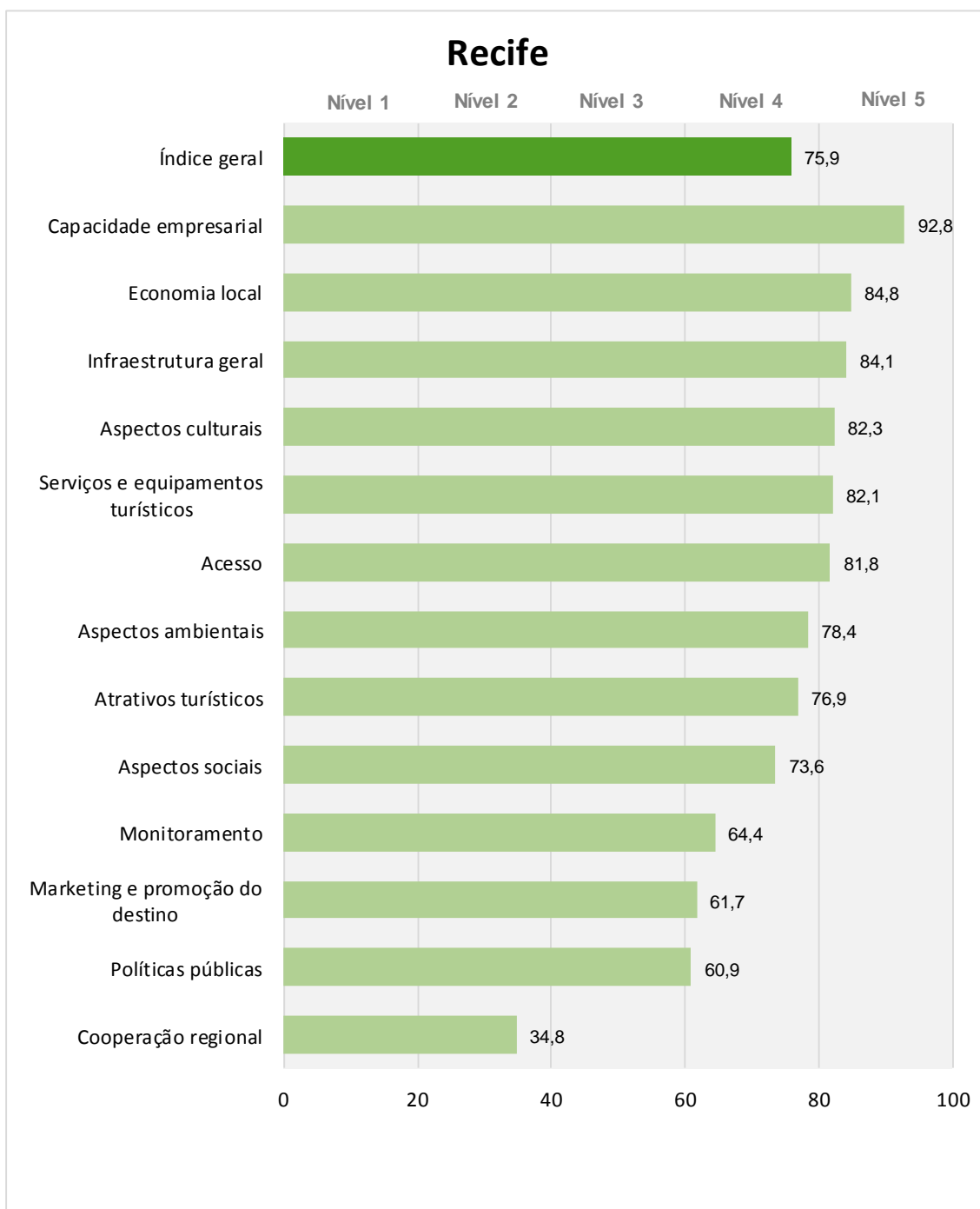
Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013



O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das capitais, demonstrando que o índice do destino não seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das capitais foi de 66,9.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices a partir do nível 4 (61 a 80), foram Capacidade empresarial, Economia local, Infraestrutura geral, Aspectos culturais, Serviços e equipamentos turísticos, Acesso, Aspectos ambientais, Atrativos turísticos, Aspectos sociais, Monitoramento, Marketing e promoção do destino e Políticas públicas, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, a dimensão com menor nível de competitividade foi Cooperação regional, a qual não ultrapassou o nível 2 (abaixo de 40,4).

Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho

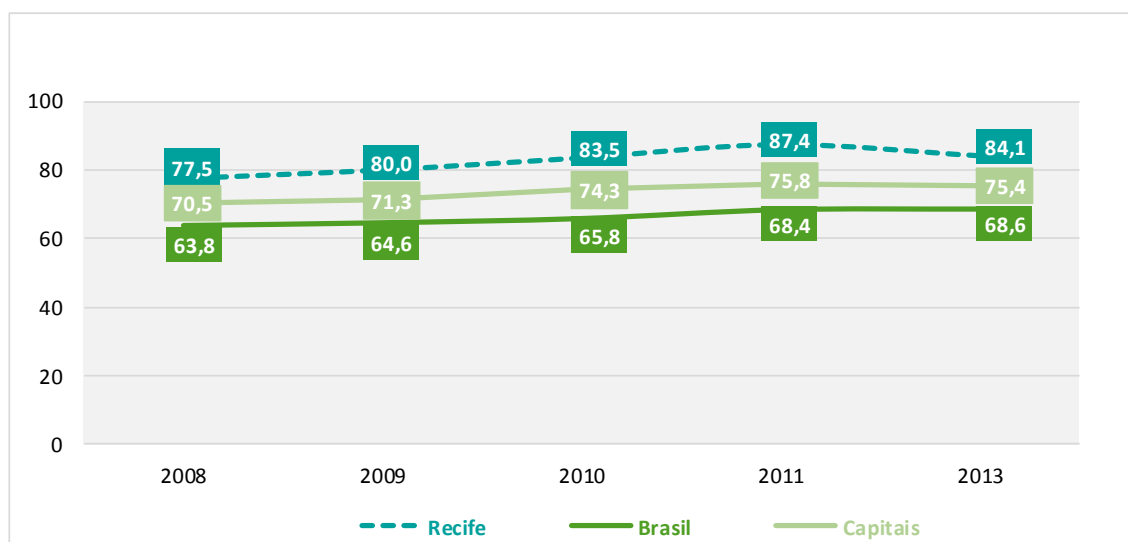


2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Recife registrou 84,1 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice abaixo do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com atendimento em nível de primeiros socorros, infraestrutura para pequenas cirurgias e cirurgias de emergência, além de outras diversas especialidades;
- Fornecimento ininterrupto de energia elétrica no período de alta temporada;
- Presença de um grupamento especial de atendimento ao turista na Polícia Militar;

- Existência de um programa de proteção ao turista na Polícia Civil;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento;
- Existência de Defesa Civil no destino;
- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas; e
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Os serviços médico em emergências 24 horas atendem acima de sua capacidade durante a alta temporada; e
- Presença insuficiente de lixeiras, banheiros públicos e telefones públicos no entorno das áreas turísticas.

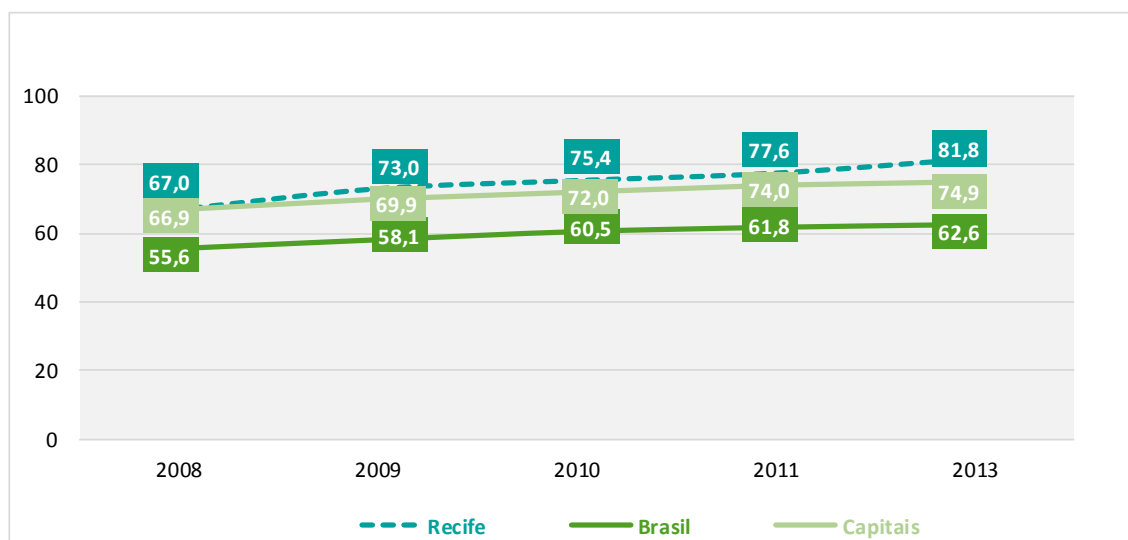
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 81,8 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 74,9 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto dentro do território municipal - Aeroporto Internacional do Recife/ Guararapes Gilberto Freyre -, com centro de atendimento ao turista, sinalização em idioma estrangeiro, lojas, restaurantes e lanchonetes, facilidades para pessoas com deficiência, além de serviços como câmbio, serviços bancários, departamento médico, locadoras de veículos, dentre outros;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam no terminal aéreo Gilberto Freyre – ônibus e táxi convencionais, metrô e ônibus executivo, conforme visita técnica ao município;
- Existência de um terminal rodoviário no destino, com centro de atendimento ao turista, lojas, restaurantes e lanchonetes, sinalização interna em idioma estrangeiro, serviços bancários, dentre outras facilidades.
- Oferta de transportes para o deslocamento dos que embarcam e desembarcam na rodoviária – ônibus e táxi convencionais;
- Terminal aquaviário que atende ao município, e pelo qual embarcam e desembarcam turistas;

- Disponibilidade de vagas públicas para estacionamento nas áreas turísticas;
- Linhas de transporte urbano que atendem às principais atrações turísticas;
- Disponibilidade de transporte metroviário; e
- Serviços de táxi regularizados e padronizados.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

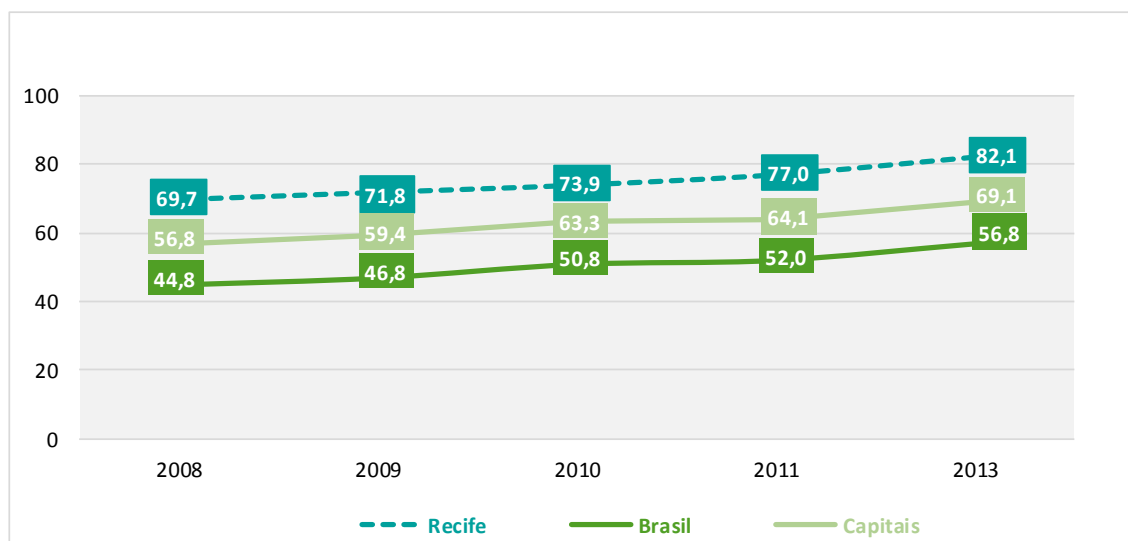
- Inexistência de serviços no terminal aquaviário que atendam ao fluxo turístico, tais como: centro de atendimento ao turista, restaurantes e lanchonetes e serviços bancários;
- Ausência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino; e
- Existência de congestionamentos no destino.

2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 82,1 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 69,1 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo Mtur;
- Sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos, e disponível também em idioma estrangeiro;
- Existência de Centros de Atendimento ao Turista no destino e que oferecem diversos serviços, como contatos de operadoras, guias, agências, pontos de acesso à internet, profissionais que fornecem informações sobre o destino e dos destinos da região e terminal eletrônico para consulta online;
- Centro de convenções no destino – Centro de Convenções de Pernambuco;
- Estrutura física disponível no centro de convenções, que conta com capacidade para mais de um evento, independentes e simultâneos, estacionamento próprio e adequado ao porte e arena aberta multifuncional;
- Localização do centro de convenções próximo às áreas turísticas e oferta adequada de transporte público para o principal centro de convenções indicado – ônibus e táxi convencional;
- Cumprimento de quesitos de acessibilidade na maioria dos meios de hospedagem;

- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do MTur;
- Existência de organização representativa de guias; e
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres, técnicos e de graduação e capacitação nas áreas relacionadas ao turismo no município, como hotelaria, bares e restaurantes, organizadores de eventos, dentre outras.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

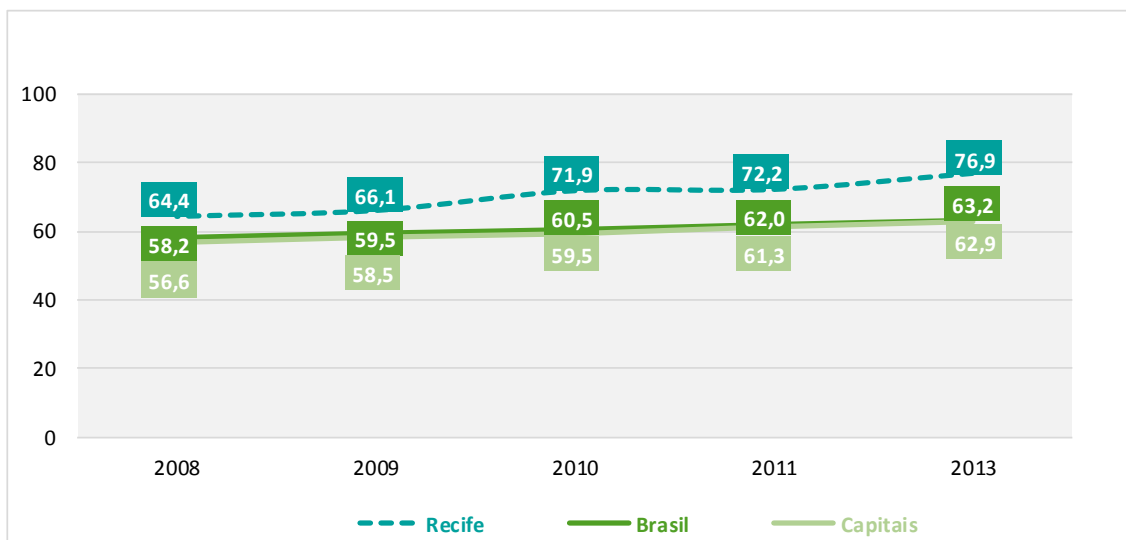
- Estado de conservação da sinalização turística viária constatado durante visita técnica ao município;
- Ausência de sinalização turística viária em idioma estrangeiro;
- Sinalização turística descritiva ou interpretativa presente em apenas parte dos atrativos; e
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem.

2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 76,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 62,9 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Praia de Boa Viagem, Rio Capibaribe e Naufrágios na orla;
- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – Praia de Boa Viagem –, conforme observado em visita técnica;
- Adoção de quesitos de acessibilidade no principal atrativo natural – em especial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Instituto Ricardo Brennand, Oficina Brennand e Centro de Artesanato de Pernambuco;
- Evidência de conservação urbanística do entorno do principal atrativo cultural indicado e adoção de quesitos de acessibilidade neste atrativo;
- Monitoramento do limite de capacidade de carga/controla de visitantes no principal atrativo cultural;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Carnaval, São João e Paixão de Cristo/Réveillon;

- O local onde acontece o principal evento programado indicado – Carnaval – conta com estrutura física boa, e com alguns quesitos de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais; e
- Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para o Porto Digital, principal atrativo indicado nesta categoria.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

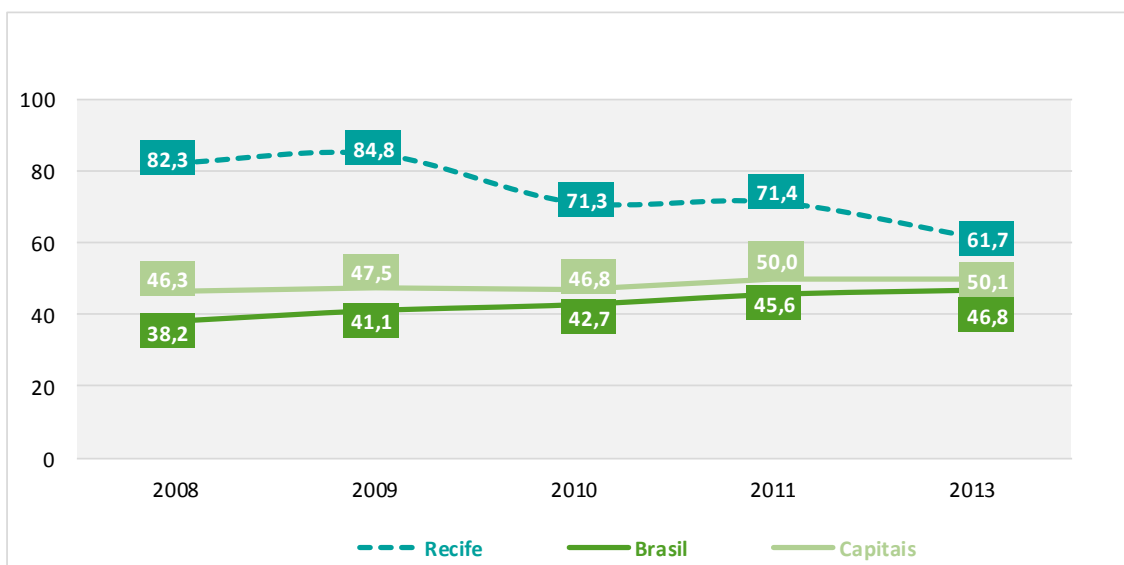
- Inexistência de Estudo de Capacidade de Carga para o principal atrativo natural indicado – Praia da Boa Viagem; e
- Não adoção de quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência no Porto Digital.

2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de marketing; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 61,7 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Índices Marketing e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 50,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Participação em feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos;
 - Participação contínua em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), de forma a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional;
 - Avaliação dos resultados dos eventos dos quais o destino participa, por meio de contagem de relacionamentos estabelecidos e avaliação da mídia gerada pela participação em eventos;
 - O destino turístico produziu, nos último cinco anos, eventos próprios para se promover fora de seu território através do Projeto Recife Te Quer, por exemplo, realizado em 36 municípios brasileiros;
 - Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro, e de material promocional que apresenta a oferta de espaços estruturados para eventos no destino;
 - O material promocional do destino passa por revisão ortográfica profissional;
 - Agenda de eventos disponível para consulta gratuitamente, impressa e online;
- e

- Informações turísticas sobre o destino na página institucional do município na *internet* – acessível pelo endereço www.recife.pe.gov.br.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

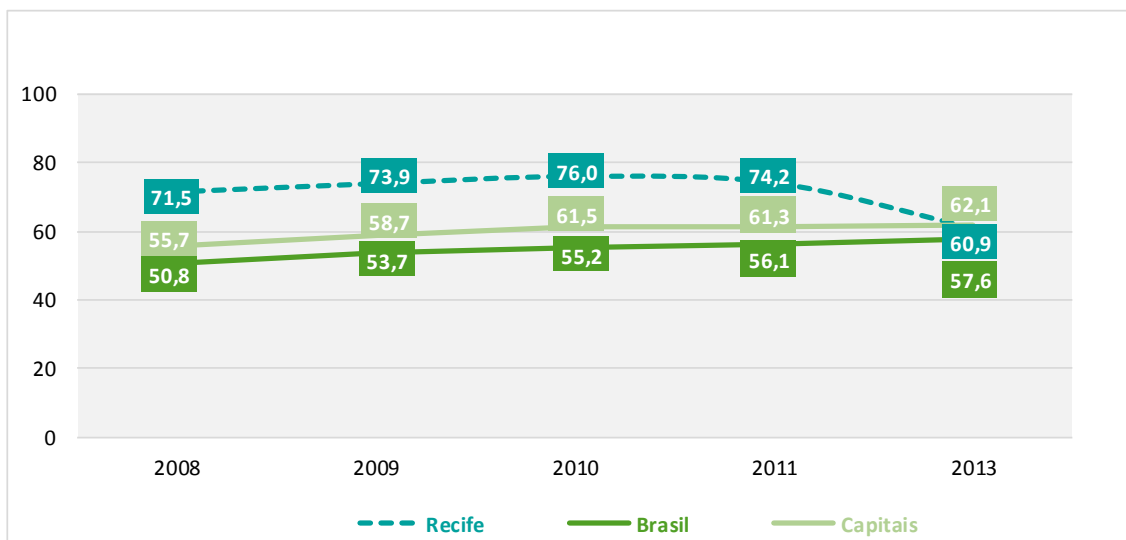
- Inexistência de plano de marketing formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- Não existe plano similar de marketing regional, que estabeleça ações e metas de mercado para o turismo no destino;
- O material promocional do destino não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, tampouco sobre a importância de preservar o meio ambiente; e
- Ausência de página promocional de turismo que forneça informações sobre o destino para o turista.

2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 60,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 62,1 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão municipal – Secretaria de Turismo e Lazer - ainda que não exclusivo do turismo – para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- A Secretaria de Turismo e Lazer desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, entre eles, a reforma das estatuas do circuito da poesia com a Secretaria de Serviços Públicos;
- Presença de instância de governança local ativa – em formato de conselho de turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- Existência de Plano Diretor Municipal, revisado recentemente, que contempla o setor de turismo; e
- Execução de ações e projetos em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

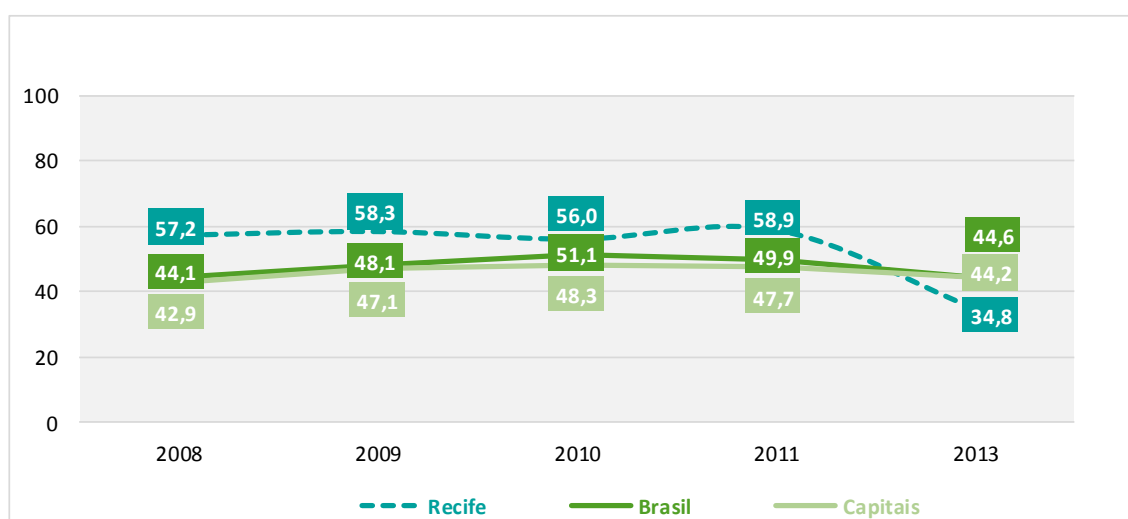
- O órgão gestor de turismo não é exclusivo da pasta turismo – Secretaria de Turismo e Lazer;
- O órgão gestor de turismo não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- O destino não registrou, no ano anterior, investimentos diretos do governo federal em projetos ligados ao turismo; e
- Recife não segue nenhum planejamento formal para o setor de turismo que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos.

2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 34,8 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 44,2 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- Existência de projetos de cooperação regional compartilhados entre o município avaliado e outros destinos da região, entre eles, o Pacto Metropolitano e o Projeto Rota 101;
- O destino integra roteiros regionais, comercializados por operadores e/ou agências, elaborados com informações de inventário ou cadastro da oferta turística, estruturados com a participação de atores do *trade* turístico; e
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais ou da região turística dos quais faz parte, e realizou ações promocionais, em parceria com outros destinos da mesma região, com agentes/operadores de turismo receptivo.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

- Ausência de instância de governança regional, responsável pela coordenação das ações de regionalização do turismo;
- Inexistência de um plano de desenvolvimento turístico integrado atualizado para a região da qual o destino faz parte;
- Não realização de ações para mobilizar atores do setor de turismo do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- A elaboração dos roteiros regionais não considerou questões de sustentabilidade, tampouco o monitoramento dos impactos ambientais, socioculturais e econômicos;
- Inexistência de página institucional da região turística na *internet*; e
- O destino não produz ou coproduz material promocional da região do qual faz parte.

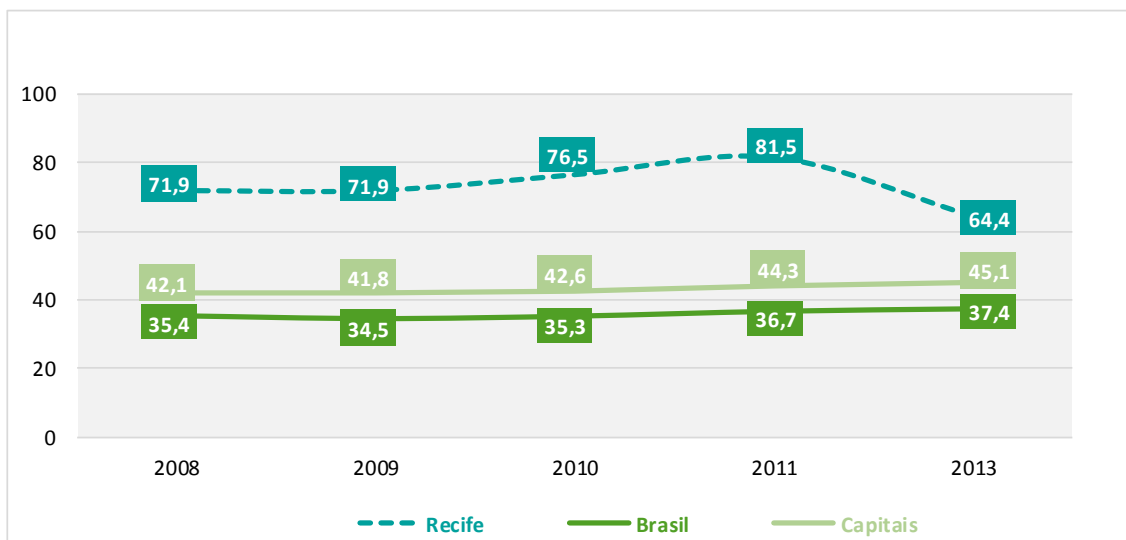
2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv)

medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 64,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 45,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de demanda periódica, realizada 4 vezes ao ano, que gera dados relevantes para o planejamento do turismo no destino;
- Existência de pesquisa de oferta – Inventário – atualizada;
- Aproveitamento e divulgação dos dados coletados na pesquisa de demanda e de oferta em planejamento e políticas públicas e ações de marketing e promoção; e
- Disponibilidade de um conjunto de estatísticas turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Ausência de relatórios de conjuntura turística;

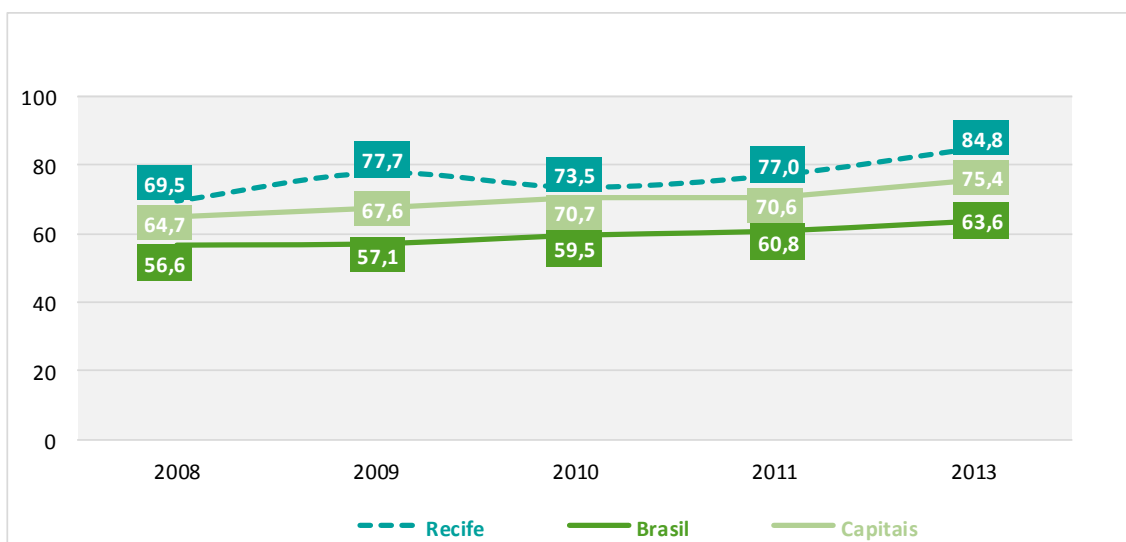
- Não acompanhamento dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal;
- Não monitoramento dos impactos econômicos, sociais e ambientais gerados pelo turismo; e
- A administração pública local não possui um setor específico de estudos que realize pesquisas em turismo.

2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 84,8 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Acesso gratuito à internet em locais públicos;

- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;
- Disponibilidade de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo;
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor por meio do Banco do Nordeste; e
- Existência de um polo de negócios significativo – Polo digital – que movimentava a economia local, e gera fluxo turístico receptivo.

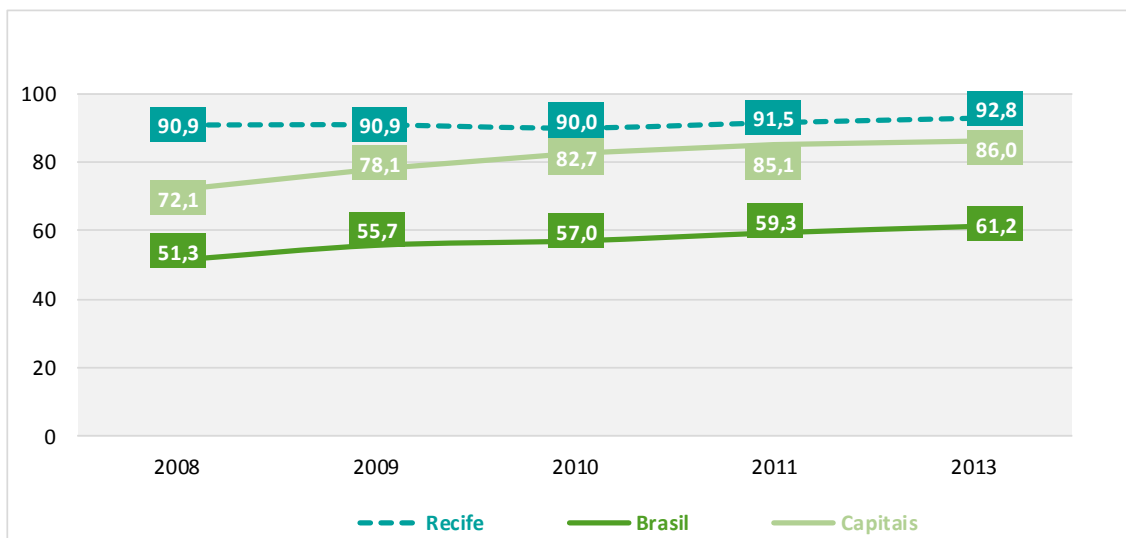
Além disso, nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 92,8 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 86,0 (nível 5), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior e de cursos livres, e de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerência e administrativos em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados;
- Presença de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários e de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado e perecíveis.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Os adensamentos de empreendimentos turísticos não estão organizados como arranjos produtivos locais; e

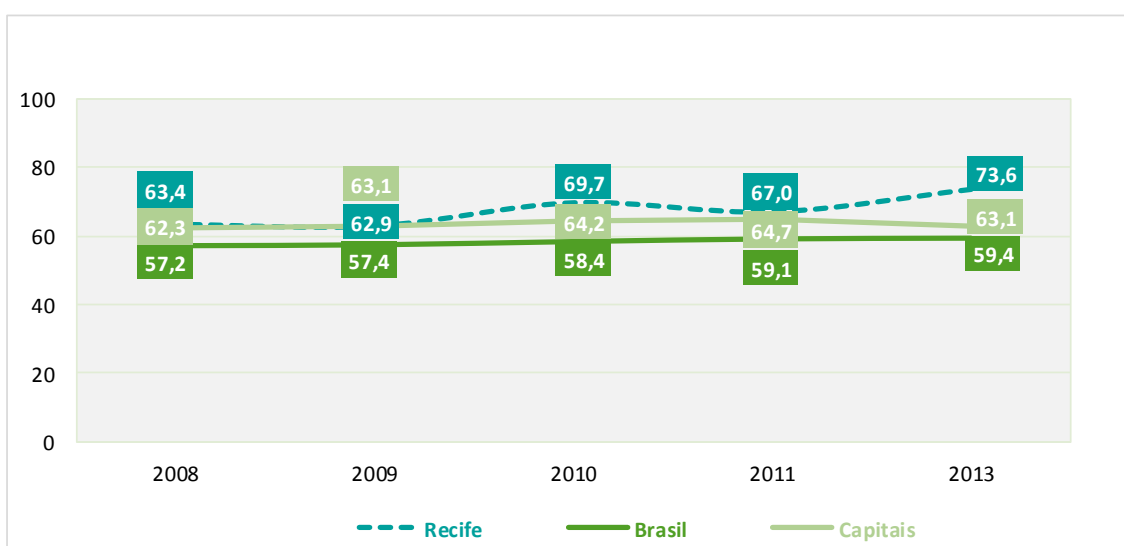
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas falta de terrenos ou espaço físico e falta de incentivos fiscais.

2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 73,6 (nível 4) nessa dimensão em 2013, índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 63,1 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal;
- Aplicação de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, que conta com o apoio da iniciativa privada, do terceiro setor e do poder público;
- Existência de programa de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local, ação contínua realizada por órgãos municipais;
- Sensibilização dos cidadãos sobre a importância da atividade turística para o destino; e
- Envolvimento da comunidade local com a atividade turística por meio de associações de moradores, organizações não governamentais, sindicato, cooperativas e associações de classe.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

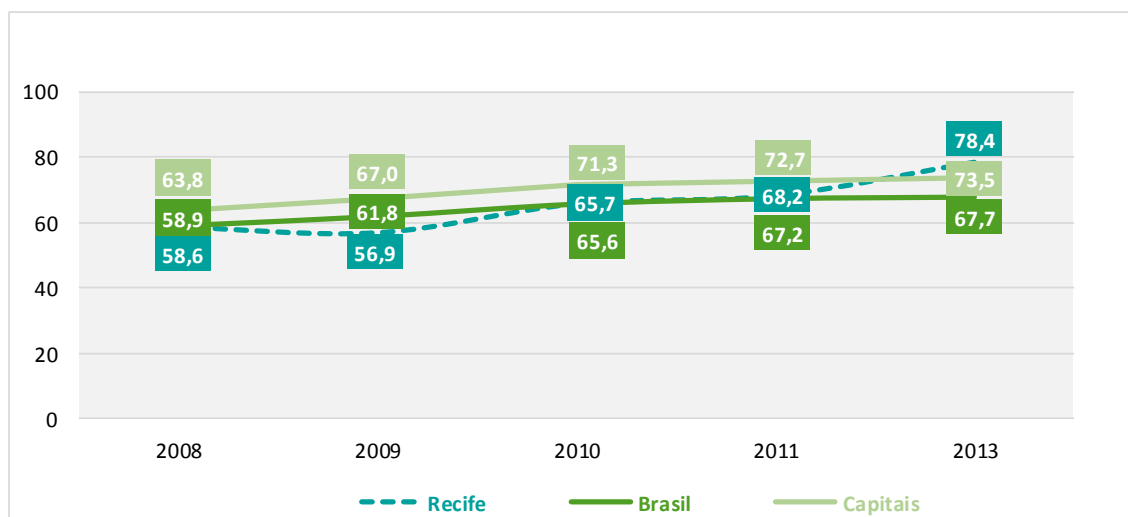
- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Ausência de sensibilização do turista para o respeito à comunidade local para o respeito à cultura e ao patrimônio; e
- O destino não adota instrumentos de consulta à população sobre atividades e projetos turísticos.

2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 78,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 73,5 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- Existência de um Código Ambiental Municipal ou similar - contra o qual não há ação judicial pública;
- Rede pública de distribuição de água;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto com configuração de separador absoluto que atende ao destino;
- Destinação pública de resíduos sólidos residenciais e comerciais para aterro sanitário;
- Disponibilidade de serviços de coleta seletiva residencial; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal - Parque dos Manguezais -, na qual se aplica de plano de manejo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

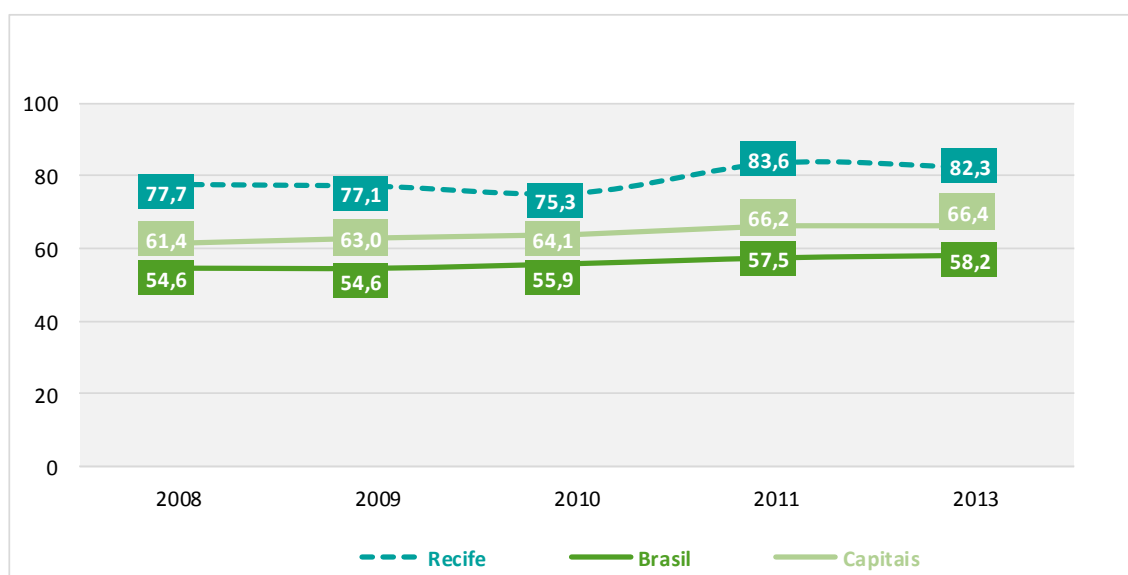
- Presença de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como indústria química e cimenteira;
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Inexistência de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- Baixo índice de cobertura da rede pública de esgoto; e
- Ausência de conselho gestor para a principal Unidade de Conservação indicada - Parque dos Manguezais.

2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 82,3 nessa dimensão em 2013 (nível 5), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 66,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica – Artesanato em Madeira, bonecos de papel machê, bordados – reconhecida em esfera internacional;
- Existência de culinária típica pela qual o destino é reconhecido em esfera nacional, tais como peixada pernambucana, bode e bolo de rolo;
- Presença de tradições culturais evidentes e manifestações religiosas no destino – Festa de Nossa Senhora do Carmo, Festa de Nossa Senhora da Conceição e Frei Damião;
- Existência de comunidades tradicionais no território municipal - Ilha de Deus e Terreiro Sitio do Pai Adão – e de grupos artísticos de manifestação popular tradicional – Galo da Madrugada, Grupo Maracatus e Estrela Brilhante;
- Existência de patrimônios imateriais registrados, patrimônios artísticos tombados, sítio arqueológico e bens tombados como patrimônio histórico, que se constituem em atrativos turísticos;
- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura;
- O destino aplica política municipal de cultura que, entre outros benefícios, ajuda a manter um calendário de manifestações culturais;
- Existência de legislação municipal de cultura e fundo municipal de cultura, este último exclusivo e efetivo;
- O destino aderiu ao Sistema Nacional de Cultura; e
- Existência de projeto para implementação de turismo cultural - Projeto Recife de Coração.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga;
- O destino não aplica programa de incentivo à utilização de pessoal local na manutenção e/ou gestão dos bens culturais.

3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Recife, é possível concluir que, em 2013, houve estabilidade do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa².

² Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e capitais

Dimensões	Brasil			Capitais			Recife		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	64,1	65,5	66,9	74,1	76,3	75,9
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	74,3	75,8	75,4	83,5	87,4	84,1
Acesso	60,5	61,8	62,6	72,0	74,0	74,9	75,4	77,6	81,8
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	63,3	64,1	69,1	73,9	77,0	82,1
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	59,5	61,3	62,9	71,9	72,2	76,9
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	46,8	50,0	50,1	71,3	71,4	61,7
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	61,5	61,3	62,1	76,0	74,2	60,9
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	48,3	47,7	44,2	56,0	58,9	34,8
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	42,6	44,3	45,1	76,5	81,5	64,4
Economia local	59,5	60,8	63,6	70,7	70,6	75,4	73,5	77,0	84,8
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	82,7	85,1	86,0	90,0	91,5	92,8
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	64,2	64,7	63,1	69,7	67,0	73,6
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	71,3	72,7	73,5	65,7	68,2	78,4
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	64,1	66,2	66,4	75,3	83,6	82,3

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das “Não capitais” refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.